

“A memória é a matéria essencial das entrevistas”:

Entrevista com José Carlos Sebe Bom Meihy

Agnes Francine de Carvalho Mariano¹

Resumo

Os estudos no campo da Comunicação sempre dialogaram com outras disciplinas, especialmente Ciências Sociais, Filosofia e Linguística. Nos últimos 20 anos, vem crescendo o interesse pelo diálogo com mais uma área, a História, indo desde a Teoria da História até a História Oral. Assim, conceitos como tempo, historicidade, temporalidade, memória e história oral de vida passaram a transitar em pesquisas da Comunicação, ocupando por vezes papel norteador em eventos, GTs de congressos e áreas de concentração de pós-graduações de Comunicação. A entrevista a seguir explora algumas possibilidades desse diálogo, ao mesmo tempo que introduz o pesquisador da Comunicação às premissas da História Oral, que tem uma peculiar proximidade com o Jornalismo pela centralidade da entrevista. A nossa conversa foi com o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, professor titular aposentado do Departamento de História da Universidade de São Paulo e atualmente professor da Unigranrio. Autor de mais de uma centena de trabalhos – entre livros, capítulos e artigos – e orientador de mais de uma centena de pesquisas de mestrado e doutorado, Meihy está entre os pesquisadores brasileiros que mais contribuíram para a divulgação da História Oral. Os seus livros repercutem inclusive no campo da Comunicação. É um dos oralistas mais citados entre os pesquisadores da Comunicação que investigam a memória oral, ao lado de Paul Thompson e Verena Alberti. Nesta entrevista, Meihy trata de aspectos que tocam de perto o cotidiano de muitos pesquisadores da área – especialmente os que coletam os seus próprios dados, por meio de entrevistas – e também interessam a docentes, discentes e profissionais do Jornalismo: a relação de poder entre entrevistadores e entrevistados; a importância do compartilhamento do material reunido; a riqueza e desafio de olhar para o passado recente recorrendo aos relatos orais dos envolvidos, isto é, à memória, com suas fabulações e seletividade.

Palavras-chave

História Oral; Memória; Entrevista; História; Histórias de Vida.

¹ Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Temporalidades da Universidade Federal de Ouro Preto e da graduação em Jornalismo. E-mail: agnesmariano.ssa@gmail.com

“Memory is the essential material of the interviews”:

Interview with José Carlos Sebe Bom Meihy

Agnes Francine de Carvalho Mariano¹

Abstract

Studies in the field of Communication have always dialogued with other disciplines, especially Social Sciences, Philosophy and Linguistics. In the last 20 years, there has been a growing interest in dialogue with another area, ranging from Theory of History to Oral History. Thus, concepts such as time, historicity, temporality, memory and oral history of life started to be used in Communication research, sometimes occupying a guiding role in events, congress WGs and areas of concentration for Communication post-graduations. The following interview explores some of the possibilities of this dialogue, while introducing the Communication researcher to the premises of oral history, which has a peculiar proximity to Journalism due to the centrality of the interview. Our conversation was with the historian José Carlos Sebe Bom Meihy, retired professor at the Department of History at the University of São Paulo and currently professor at Unigranrio. Author of more than one hundred works - including books, chapters and articles - and supervisor of more than one hundred master's and doctoral researches, Meihy is among the Brazilian researchers who most contributed to the dissemination of oral history. His books have repercussions even in the field of Communication. He is one of the most cited oralists among Communication researchers who investigate oral memory, alongside Paul Thompson and Verena Alberti. In this interview, Meihy deals with aspects that closely touch the daily lives of many researchers in the field, especially those who collect their own data, through interviews, and are also of interest to teachers, students and journalism professionals: the power relationship between interviewers and interviewees; the importance of sharing the material gathered; the richness and challenge of looking at the recent past using the oral reports of those involved, that is, memory, with its fables and selectivity.

Keywords

Oral History; Memory; Interview; History; Life Stories.

¹ Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Temporalidades da Universidade Federal de Ouro Preto e da graduação em Jornalismo. E-mail: agnesmariano.ssa@gmail.com

Quais as interfaces entre a História Oral e a Comunicação? De que forma a História Oral pode colaborar com estudos no campo da Comunicação? Há pelo menos duas décadas, pesquisadores da Comunicação têm feito essas perguntas. Temos encontrado referências à História Oral como base para os procedimentos metodológicos de pesquisas em nosso campo, especialmente quando a intenção é gerar o próprio corpus, ou ainda entre os aportes teóricos, com destaque para as discussões sobre memória. Mas ainda há muito a ser explorado nesse diálogo, pois existem interfaces que vão além das semelhanças devido à realização de entrevistas orais gravadas nos dois campos.

Entendida ora como técnica, ora como metodologia ou até disciplina, a História Oral é parte de um movimento de renovação da História que, no começo no século XX, ampliou seus objetos, fontes e passou a incorporar imagens, cultura material e relatos orais gravados em suas pesquisas, antes restritas aos documentos escritos. Assim como acontece com os meios de comunicação, a trajetória da História Oral é indissociável do desenvolvimento das técnicas de reprodução de sons e imagens, pois a gravação de entrevistas quase sempre está presente. Mas não se deve confundir História Oral com o ato de gravar entrevistas. Ela envolve um projeto, com premissas, aportes, objetivos claros, definição de procedimentos, grupos a serem ouvidos, opções sobre o tratamento do material coletado, formas de devolução aos entrevistados e disponibilização pública. Neste momento, define-se a vertente do trabalho – história oral de vida, história oral temática, tradição oral ou história oral testemunhal –, sendo que cada uma atende a diferentes objetivos e implica modos distintos de condução. A História Oral é pródiga ainda em reflexões sobre o próprio conteúdo das entrevistas – a memória oral –, o que permite complexificar a abordagem dos dados e ajuda o pesquisador a ir além do maniqueísmo e da ingenuidade.

A conversa a seguir é uma introdução ao campo da História Oral, um pouco da sua trajetória – no Brasil e no mundo –, desafios e possibilidades. Entrevistamos por e-mail o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, coordenador do Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP), professor do Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio (Unigranrio) e um dos pesquisadores brasileiros mais renomados no campo da História Oral. A ideia foi atualizar uma longa entrevista que nos foi concedida pelo historiador há 12 anos, publicada em uma reportagem. Artigos e livros de Meihy são referências importantes para quem deseja conhecer, pensar e praticar a História Oral no Brasil. Entre os seus livros mais difundidos estão “Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus” (1994), “Canto de morte Kaiowá: história oral de vida” (1991), “Augusto

⌘ Léa: uma história de (des)amor em tempos modernos” (2006), “Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York” (2004), “Manual de história oral” (2005) e “História oral: como fazer, como pensar” (2011).

Na entrevista Meihy nos fala sobre a História Oral que ele e seus parceiros defendem: preocupada com dimensões éticas, como o respeito ao entrevistado e sua autonomia para decidir o que deseja compartilhar a respeito da própria vida. Para ele, o entrevistado é um colaborador da pesquisa, nunca “informante”, “ator social” ou “objeto de pesquisa”. Para estar em sintonia com a História Oral, em sua perspectiva, toda pesquisa deve envolver a elaboração prévia de um projeto, estabelecimento claro de propósitos, critérios, intenções e respeito a regras. Propósitos e critérios que guiarão a definição das redes de colaboradores que participarão do projeto e o destino final do material produzido.

Outra dimensão do trabalho dos oralistas que interessa aos pesquisadores da Comunicação é a preocupação com os impactos sociais da produção científica, isto é, a busca por ampliar o diálogo com a sociedade. Comumente, o conhecimento acadêmico limita-se a circular entre os pares, por meio de documentos de escrita impenetrável e divulgação restrita. A esse respeito, a experiência dos oralistas é inspiradora. O cuidado com a devolução da produção realizada, seja por meio de bancos de histórias de acesso público ou outros recursos, facilita o contato de novos pesquisadores e de qualquer cidadão com os conteúdos que embasaram os trabalhos produzidos, em especial, as entrevistas textualizadas, em áudio ou vídeo. Conteúdos que fundamentam políticas públicas, estimulam grupos e associações a produzir seus próprios dados e embasam novas pesquisas científicas.

Em nossa conversa, Meihy aborda também um tema central para os oralistas e comunicadores – a memória – que vem ganhando cada vez mais espaço em pesquisas da Comunicação. Afinal, como o historiador afirma: “A memória é a matéria essencial das entrevistas”. Meihy discute vínculos entre memória e oralidade, assim como a natureza dinâmica, viva e parcial da memória, incluindo a sua relação com o esquecimento. Para ele: “É exatamente pela combinação das escolhas narrativas em contraste com o esquecimento (e com o apagamento, distorção, deformações) que se justifica a subjetividade buscada pela história oral”. Por isso, o que se busca não é o “fato histórico” ou a “verdade histórica”, e sim a “versão das situações, as impressões, as imprecisões”. Ao invés de procurar exatidão nas entrevistas, aos oralistas interessam justamente as “variações, as imprecisões, os atropelos narrativos”, inevitáveis quando se lida com a memória. Portanto, temos aqui debates instigantes para quem investiga a construção de representações sobre o presente e o passado por meio de

relatos orais, âmbito muito frequente nos estudos do campo da Comunicação.

Agnes Mariano: Nas últimas décadas, as imagens, as fontes orais e até os objetos passaram a ser consultados por historiadores como fonte de pesquisa. O que faz parte de uma mudança significativa na História e vem permitindo o estudo de novos temas, objetos e a elaboração de novas perguntas. Como o senhor analisa a relevância do trabalho com a oralidade, especialmente num contexto como o brasileiro?

José Carlos Sebe Bom Meihy: De modo geral, as mudanças operadas pela eletrônica trouxeram novos desafios para o entendimento crítico da sociedade contemporânea. Nada ocorre separadamente, e assim como os próprios aparelhos são resultados de avanços tecnológicos, a produção de conhecimentos acompanha as mudanças. É no processo de alterações de práticas de pesquisa que se aplicam os recursos que elegemos como fontes. Isso não ocorre apenas com a disciplina História, mas também nos demais segmentos do conhecimento acadêmico. Num escopo amplo, todos os campos disciplinares foram profundamente afetados e passaram a incorporar recursos antes limitados a materiais exclusivos, tidos como capazes de gerar reflexões pertinentes às suas áreas. Ainda que continuasse com vigor fundamental, a escrita teve que conversar com alternativas antes consideradas secundárias ou complementares. A cultura material em sentido largo, as imagens, os bens não tangíveis e os objetos biográficos concorreram como alimento dessas novas possibilidades.

No terreno do conhecimento acadêmico, a oralidade ganhou estrada em particular nos estudos sobre memória. Inscrita em cenário amplíssimo, os sons conjugados e submissos à lógica humana passaram a integrar o plantel de possibilidades analíticas sob a chave da oralidade. No contexto brasileiro, como em boa parte do mundo ocidentalizado, as mudanças também ocorreram, ainda que em ritmo diferente, isso devido às políticas educacionais e às resistências conservadoras que impuseram controle, direto ou indireto, nos projetos de pesquisa. No caso de gravações, no Brasil como na América Latina e demais países sob a vigilância ditatorial, tais alternativas tardaram.

Agnes Mariano: Aparentemente existem muitas formas de entender a História oral. O que era feito no final dos anos 40 na Universidade de Columbia, certamente não é idêntico ao trabalho feito no CPDOC da FGV, que inaugura a História oral no Brasil. E tem distinções em relação ao trabalho feito pelo senhor e seus parceiros no NEHO-USP. Como o senhor define a História oral? Para vocês, quais os aspectos

indispensáveis para que uma pesquisa possa ser considerada afinada com a História oral?

José Carlos Sebe Bom Meihy: A pluralidade de abordagens da história oral (prefiro usar o termo com inicial minúscula para evitar exaltações inconvenientes) é uma das riquezas trazidas pelo desafio das novas fontes. De início, a Universidade de Columbia cuidou da recolha de histórias pessoais de retornados da Segunda Guerra Mundial e dos segmentos afetados pelas modificações estruturais dos Estados Unidos naquele esforço de guerra. Temas do cotidiano e de vida de pessoas comuns como: gerência familiar, trabalho feminino, crítica de costumes, acolhimento de pessoas traumatizadas de diversas maneiras, passaram pelo crivo de registros que, somados, exigiram reflexões teóricas para capacitar guarda e análises do material. Semeava-se assim a possibilidade de articulação entre o passado recente e necessidade analítica de experiências consequentes. Nisso validavam-se os relatos orais, primeiro transmitidos via radiofônica, depois vertidos para código escrito.

O ambiente do pós-guerra era de abertura às novas experiências e ao trato de temas. Lembremos que aquela era época de entusiasmo democrático, condição para integração de grupos silenciados, submissos ou pouco contemplados. Exatamente essa situação possibilitou o florescimento da história oral. Com a marca original da democracia, a prática deste tipo de produção de fonte se tornou atestado de ambiente político aberto. Sem democracia (leia-se direito de falar livremente) não há história oral.

O processo de maturação foi longo e intenso até que chegássemos aos nossos dias. No Brasil, os primeiros ensaios para a valorização das histórias pessoais decorreram, na universidade, da influência francesa, em particular da colaboração de Maria Isaura Pereira de Queiroz com os mestres franceses que deixaram marcas desde a fundação da Universidade de São Paulo. O Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU/USP) foi, no Brasil, o pioneiro nessa investida. Houve em meados dos anos de 1970 novos esforços, em particular motivado de fora para dentro, ou seja, dos Estados Unidos e do México, e neste sentido o CPDOC da FGV ganhou liderança. O contexto da ditadura militar, contudo, frustrou a intenção inovadora. Apenas na abertura política, portanto na democracia, foram possíveis avanços. O CPDOC da FGV, como importante núcleo de documentação e pesquisa em geral, manteve o propósito de gerenciamento de documentos, agora como o zelo de entrevistas colhidas oralmente. Outros polos de estudos acharam caminhos diferentes e o Núcleo de estudos em história oral da USP (NEHO-USP) buscou caminhos próprios partindo de uma definição ampla da matéria: história oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com

a elaboração de um projeto e a partir desta definição organiza redes de recolha.

Agnes Mariano: Como o senhor define as diferentes formas de fazer História oral - de vida, temática, tradição oral, testemunhal - e em que tipos de pesquisas cada uma delas seria mais apropriada?

José Carlos Sebe Bom Meihy: Não é apenas o ato de entrevistar que matiza a história oral. O trabalho com entrevista é, e sempre foi, comum à: antropologia, sociologia, psicologia, jornalismo, entre outras esferas disciplinares. O que marca o projeto de história oral é a organização de entrevistas que se encaminham para exames mnemônicos específicos. O trabalho de memória ou a memória-trabalho é a pauta da história oral praticada pelo NEHO-USP. Compõe o fazer da história oral acadêmica o ordenamento de linhas de investigação, recolha, preparação do material, escolhas teóricas sobre o trato de passagem do oral para o escrito e eventual análise e arquivamento do material.

O primeiro quesito para a organização de um projeto nesse campo remete à definição de gênero narrativo que comanda a pesquisa. A história oral de vida tem cunho evocativo dos fatos e momentos memoráveis de colaboradores que se dispõem a contar suas trajetórias a partir de diálogos pontuados por aspectos subjetivos e, neste caso, a entrevista deve ser aberta e dialógica na plenitude possível. A história oral temática se prende a determinado enredo ou fio condutor e, a fim de responder aos temas propostos, abriga a possibilidade de roteiro que podem ser indutivos ou dedutivos. A tradição oral é feita por meio de participação direta e vivência intensa em determinada situação e, neste caso, as entrevistas devem culminar nos processos de interação; trata-se, pois, muito mais de reflexões sobre tradição e memória coletiva. A história oral testemunhal cuida de situações traumáticas onde a experiência pessoal dos colaboradores é atestado das marcas deixadas pelos eventos (ter passado por campos de concentração, por exemplo).

Agnes Mariano: Apesar da importância e espaço que já conquistou, parece-me que não é raro, hoje, ver departamentos de História com presença modesta ou quase nula da História oral. O senhor concorda com essa análise? E, em caso positivo, como avalia esse fato? Ainda mitificamos a escrita? Temos medo da mudança? A opção pelas fontes orais - que gera um volume grande de trabalho com as transcrições - assusta os pesquisadores?

José Carlos Sebe Bom Meihy: Hoje a reputação da história oral como campo está firmada. Ao longo dos anos, e motivada pelo acolhimento geral, a matéria goza

de respeitabilidade suficiente. A grande questão na universidade remete ao relacionamento de fontes. No caso da disciplina História, em particular nos departamentos mais conservadores, a valorização ou supremacia (depende do caso) da documentação escrita é preponderante. Um dos efeitos mais importantes deste relacionamento é o caráter interdisciplinar da matéria. Isso, aliás, é motivo de discussão acirrada sobre o estatuto da história oral: simples ferramenta, técnica, metodologia ou nova disciplina. A questão está em aberto.

A complexidade de feitura documental faz com que o trabalho assumido por oralistas (pessoas que se dedicam à história oral) assuste. A passagem do oral para o escrito, as relações entre entrevistas e seu exame se mostram desafiadores. O debate é grande e intrincado até porque no Brasil ainda há quem defenda a paridade de linguagens, como se o oral fosse duplo da escrita e vice-versa. Importante ter claro que uma coisa é o texto gravado e outra, bem diferente, é a versão escrita. São dois códigos, ambos com regras próprias.

Agnes Mariano: Quem trabalha com História oral, parece-me, inevitavelmente, escolhe trabalhar com memória. Na área de Comunicação o interesse pela memória tem crescido de forma expressiva. O que é a memória? Quais os desafios para quem se dispõe a colocá-la no centro das suas pesquisas?

José Carlos Sebe Bom Meihy: Na linha do NEHO, a memória é a matéria essencial das entrevistas. Diferente da obediência temporal lógica, à história oral interessa o tempo da memória, as variações, distorções e atropelos narrativos. O modo de produção das narrativas orais vertidas para a escrita é diversa da lógica dos documentos escritos, feitos por outros, sem participação de interlocutores. Isto, aliás, é o que caracteriza a história oral. Dilatada em todos os campos, a memória é dos conceitos mais usados em qualquer campo. Há, sim, especial atenção a ser dada na área de Comunicação, pois os meios de transmissão dos resultados de pesquisas em história oral dependem muito dos canais de acesso. Nesta linha, ressalta-se que a história pública é uma das dimensões da história oral permitida pela Comunicação.

A favor da importância da Comunicação para a história oral, é importante ressaltar que ela tanto pode ser vista como meio (filtro de divulgação) como fim, ou seja, produtora de materiais próprios, com projetos característicos da área.

Agnes Mariano: Um risco que ronda quem trabalha com memória é ceder à tentação de assumir uma perspectiva patrimonialista, de preservação, ignorando assim que a memória é viva, mutante, seletiva, inventiva. Como o senhor define as rela-

ções entre memória e esquecimento? O esquecimento faz parte da memória?

José Carlos Sebe Bom Meihy: As definições de memória enchem boa parte das bibliotecas. O fundamental é ter claro que existem dois campos principais para a apreensão da memória: o individual e o coletivo. Um não existe sem o outro, mas demandam exames distintos.

Quem trabalha com história oral tem que ter claro que a memória é dinâmica, variável sempre, um processo em curso e de narratividade parcial. Sendo impossível (e desnecessário) reproduzir os fatos ou situações como um todo, a seleção é inevitável. E é exatamente esta a matéria da história oral. No momento em que as narrativas são transformadas em texto escrito, perdem-se a volatilidade e transmuda-se o código do oral para o escrito. Com isso, o texto grafado ganha peso documental. A capacidade seletiva, por exemplo, fica marcada pelo momento da transformação de um código (oral) vertido para outro (escrito). Por lógico, isto não anula o processo anterior de constituição da memória dos entrevistados que mantém a condição normal, evolutiva. Como elemento fundamental da dinâmica mnemônica, o esquecimento se constitui em ponto central da memória. É exatamente pela combinação das escolhas narrativas em contraste com o esquecimento (e do apagamento, distorção, deformações) que se justifica a subjetividade buscada pela história oral. Não é o fato histórico, ou a chamada verdade histórica que interessa, mas a versão das situações, as impressões, as imprecisões.

Em vista do poder autoral que caracterizaria o patrimonialismo, deve ser lembrado que a história oral é justamente o recurso capaz de promover o diálogo entre entrevistado e entrevistador, relativizando o poder patrimonialista do autor. É uma produção interativa, pois. Chama-se colaborador o entrevistado e isto se deve exatamente à redução do poder de quem dirige o projeto. A noção de colaboração é eficiente porque determina que a entrevista produzida é sempre resultante de fecunda troca (e trabalho) das duas partes. Não se deve confundir entrevista de história oral com depoimento (ato fortemente policalesco, marcado pela busca de verdades e exatidões precisas). A fim de corrigir distorções marcadas por outros campos que trabalham com entrevista, temos a obrigação de manter os protocolos de autorização de uso. A autorização legitima a entrevista em seu momento de transformação em documento.

Agnes Mariano: Uma parte muito expressiva dos jovens pesquisadores da Comunicação tem voltado seus interesses para temas relacionados às identidades: culturais, de gênero, étnico-raciais. Alguns autores acreditam que a memória é a base, o fundamento das identidades. Como o senhor analisa as relações entre memória e

identidade?

José Carlos Sebe Bom Meihy: As definições de memória têm ocupado compêndios e variam de área para área. Deve ficar claro, contudo, que memória de expressão oral (matéria que interessa à história oral) é algo bem diferente de memória de expressão escrita. É fundamental também ter claro que existem dois campos principais para a apreensão da memória: o individual e o coletivo. As memórias de expressão oral partem do indivíduo para cruzamentos coletivos. A memória de expressão escrita é sempre individual, mesmo quando somada a outras.

Quem trabalha com história oral tem que ter claro que a memória é dinâmica, variável sempre, um processo em curso e de narratividade parcial. Sendo impossível (e desnecessário) reproduzir os fatos ou situações como um todo preciso ou exato, a seleção é inevitável. E é exatamente esta a matéria da história oral. No momento em que as narrativas são transformadas em texto escrito, perdem-se a volatilidade e sonorização, e assim transmuda-se o código do oral para o escrito. Com isso, o texto grafado ganha teor documental. A capacidade seletiva, por exemplo, fica marcada pelo momento da transformação de um código (oral) vertido para outro (escrito). Por lógico, isto não anula o processo anterior de constituição e de continuidade da memória viva dos entrevistados que mantém a condição normal, evolutiva.

A relação colada de história oral/ memória/ identidade esteve muito em voga na década passada. Uma triagem crítica, porém, tem relativizado tais fusões. Exatamente por não se aceitar que memória é algo fixo, imutável e totalizante, reduz-se o poder de explicação do fenômeno identitário. A identidade, em qualquer âmbito, também é mutável e sujeita a variações ocasionais. Não sendo coisa ou objeto concreto, é discutível supor que a memória se renda a identidade. As atuais tendências pendem a mostrar até certo perigo no alinhamento mecânico de memória com identidade. Manifestações humanas e sociais são processos. Os regimes autoritários se fizeram com base em identidades não discutíveis, valores fixos e identificáveis (peso genético, determinismos religiosos ou geográficos, por exemplo).

Agnes Mariano: Muitos pesquisadores da Comunicação recorrem à História oral quando precisam definir procedimentos metodológicos para as suas pesquisas. Podemos recorrer à História oral como uma forma de coleta de dados? Como uma metodologia? Ela é uma disciplina? Como a História oral pode nos ajudar a produzir, analisar dados e na busca de aporte teórico disciplinar?

José Carlos Sebe Bom Meihy: A busca de história oral para diferentes áreas de conhecimento tem se ampliado muito. Em parte, exatamente porque não se sabe o

que é história oral, confundem-se entrevistas feitas naquele formato como meio de alcançar outros objetivos. É erro grave (e ético) transformar entrevista de história oral em banco de dados ou mesmo em recurso informativo. Não se admite, por exemplo, em história oral, que se pense em “furo de reportagem”. Concorrem para esta diferenciação alguns conceitos importantes, como por exemplo, a substituição do tratamento de “informante”, “ator social”, “objeto de pesquisa” que, para efetivação ética trata o entrevistado como colaborador. A história oral é essencialmente humanizadora, tem que respeitar as individualidades em cenários sociais. A redução a “sujeito de pesquisa” é criticável. O caráter social das pesquisas em história oral desmente a mera objetificação da matéria e dos seres implicados nos planos analíticos.

Por certo há trocas benéficas para ambos os polos que dialogam no caso de entrevistas. Pessoal da área de saúde, da psicologia e principalmente jornalistas têm se favorecido com o aprendizado das especificidades de história oral.

Como a história oral é uma condição em busca de um estatuto próprio, ainda não bem definido, em vez do uso de “metodologia” ou “técnica”, os oralistas têm preferido se valer da indicação “procedimentos operacionais”. Há, no entanto, radicais que já usam história oral como disciplina, com objeto próprio e, portanto, como metodologia.

Agnes Mariano: Tenho observado que, apesar da relevância da entrevista na prática jornalística, há pouca reflexão sobre o tema. O que repercute inclusive na pesquisa científica da área de Comunicação. Não é incomum ver pesquisas que não descrevem, não analisam, não fundamentam suas escolhas relacionadas às entrevistas que realizam. Na sua avaliação, que aspectos precisam ser ponderados quando nos preparamos para realizar uma entrevista?

José Carlos Sebe Bom Meihy: O primeiro cuidado que se apresenta ao pessoal de Comunicação, se querem mesmo trabalhar com entrevistas na chave da história oral, remete à observância dos critérios caracterizadores da matéria. É relevante dizer que não há obrigatoriedade de se confundir história oral com qualquer entrevista. Todas as formas de diálogos têm sua importância, mas o crivo da história oral exige respeito mínimo às suas regras.

As etapas de qualquer trabalho com entrevistas exigem propósitos definidos. No caso da história oral, pode-se pensar em projetos de bancos de histórias, e, neste caso, a coleção de entrevistas é definida pela condução da simples recolha, arquivamento e disponibilidade pública. Em todo trabalho sob a tarja da história oral, invariavelmente, deve se começar pela sombra da etnologia, ou seja, pela apresentação da

“história do projeto”, lugar onde se especificam as intenções e critérios de escolhas das redes de colaboradores.

Agnes Mariano: Boa parte da pesquisa científica que realizamos fica restrita ao ambiente acadêmico. Ou seja, não consegue dialogar com o mundo além dos muros das universidades. Parece-me que, com a História oral, em alguns momentos, a situação é um tanto distinta. Talvez por lidar com histórias de vidas, os trabalhos são frequentemente mais compreensíveis e geram empatia. Fale-nos da sua experiência em relação às potencialidades de compartilhamento do conhecimento científico.

José Carlos Sebe Bom Meihy: Ainda que a academia se diga dona dos critérios de produção da história oral, é importante revelar que não há exclusividade ou reserva de mercado. Famílias, clubes, empresas, irmandades religiosas, agregações carnavalescas ou esportivas têm se valido muito da história oral como forma de estruturar documentos, fazer registros, e propor exames de suas entidades. O que se exige da universidade é que haja maior comprometimento com os fundamentos teóricos da pesquisa.

Como dimensão inevitável da aceitação da história oral, a história pública se abre para audiências que se deixam fascinar pelo alcance. Entre tantos campos dispostos a tais experimentos, sem dúvida, os documentários cinematográficos atestam o valor social das investidas em história oral.

Ainda que seja crítico do uso do termo “científico”, acredito que o processo de divulgação de casos, com a profundidade possível, cativa o público de maneira a sensibilizar (a favor ou contra) determinados temas e biografias. O processo de empatia (colocar-se no lugar do outro) é bem cultivado, em particular ao mostrar aspectos pouco exibidos de experiências diferentes.

Agnes Mariano: Na História oral que o senhor defende, em seus livros e palestras, o entrevistado é um colaborador da pesquisa, com direito a conferir o material produzido, indicar mudanças e até vetar a publicação. Sabemos que muitos oralistas não trabalham assim e sempre que falo desse aspecto percebo receio dos pesquisadores, por medo de comprometer suas pesquisas e prazos. Quais as razões para que o senhor prefira trabalhar dessa forma.

José Carlos Sebe Bom Meihy: A questão ética é absolutamente fundamental no trabalho de história oral. O respeito pelo colaborador é essencial. Nada deve ser gravado e nem publicado sem o consentimento expresso, firmado, do entrevistado. Esta prática, aliás, é favorecida pelo poder judiciário e tem sido exercitada com rigor legal.

Independente disso, porém, resta valorizar a disponibilidade e confiança daqueles que se dispõem a revelar suas versões pessoais. O reverso da situação também merece atenção. Infelizmente, é verdade que muitos entrevistadores, por medo de perder oportunidades, não voltam aos colaboradores e fazem uso pessoal dos resultados. Isto é lastimável.

Referências

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral como fazer como pensar**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MEIHY, J. C. S. B. **Augusto & Lea**: Uma história de (des)amor em tempos modernos. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

MEIHY, J. C. S. B. **Brasil fora de si**: experiências de brasileiros em Nova York. São Paulo, Parábola, 2004.

MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. S. B. **Cinderela Negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro, Editora UFRJ: 1994.

MEIHY, J. C. S. B. **Canto de Morte Kaiowá**. São Paulo: Loyola, 1991.